REVISTA **SABERES DA AMAZÔNIA**

CIÊNCIAS JURÍDICAS, HUMANAS E SOCIAIS

VOL. 4 N. 8

Janeiro-Junho 2019 | ISSN: 2448-0576

Attribution-ShareAlike 4.0 International

AS DIFICULDADES BRASILEIRAS EM UM SISTEMA LATINO-AMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

THE BRAZILIAN'S DIFFICULTIES IN A LATIN AMERICA'S HUMAN RIGHTS SISTEM

Thiago Simões Pessoa¹

Resumo

O presente estudo busca traçar algumas questões históricas, culturais e atuais, relacionadas ao Brasil e sua integração na América Latina. Ainda se busca realizar uma análise dos processos de integração e a possibilidade de estabelecimento de um regime supranacional no âmbito da América do sul ou latina, bem como estes fatores interferem na proteção dos direitos humanos.

Palavras-chave: América Latina; Cultura; Direitos Humanos; MERCOSUL; OEA.

Abstract

The present study seeks to trace some historical, cultural and current issues related to Brazil and its integration in Latin America. Still, seeks to accomplish an analyse of the integration's processes and the possibility of establishing a supranational regime in South America or Latin America, as well as these factors interfere in the protection of human rights.

Key-words: Latin America; Cultural; Human Rights; MERCOSUL; OEA.

Introdução

O tema dos direitos humanos é um assunto recorrente no debate internacional desde o início da segunda metade do Século XX. Com o fim da segunda grande guerra mundial, viu-se a necessidade premente de se criar

¹ Mestrando em Direitos Fundamentais e Democracia pelo UniBrasil Centro Universitário (UNIBRASIL). Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: thiago-simpes@hotmail.com

sistemas de proteção dos direitos humanos, visando fornecer no mínimo uma proteção universal e básica de alguns direitos.

A partir de então se criaram diversos sistemas de proteção dos direitos humanos, podendo-se identificar um sistema global e diversos sistemas regionais. O sistema global é mais facilmente identificado, dado que formado pela ONU (Organizações das Nações Unidas) e suas entidades correlatas.

De outro lado, os sistemas regionais poderiam ser divididos em um sistema europeu, um americano (envolvendo notadamente a América Latina), um sistema africano, um incipiente sistema árabe e a promessa de criação de um sistema asiático². Todos estes sistemas regionais buscam reunir países com um certo grau de homogeneidade e possuem como base a uma identidade comum.

No âmbito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, existe uma grande dificuldade na formação desta identidade comum (ou um sentimento latino-americano), em razão de diversos fatores de ordem histórica, linguística, cultural, econômica e desenvolvimento social.

Outrossim, também será analisada a possibilidade de criação de um sistema supranacional no âmbito americano e se esta forma de integração se afigura necessária para a melhor proteção dos direitos humanos.

Neste viés, buscará neste trabalho a análise destes fatores e seus respectivos impactos na adoção de ordens, agendas e determinações dos órgãos de proteção de direitos humanos pelo Brasil.

1. O sistema latino americano de direitos humanos

1.1 Breve história da formação da América Latina

Em 07 de Junho de 1494, era assinado o Tratado de Tordesilhas, que fora um documento assinado entre o Reino de Portugal e a Coroa de Castella. Tal documento buscou dividir a recém descoberta América entre os portugueses e os espanhóis. A assinatura deste tratado impactou a colonização

² PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. ed. 14. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 327.

ibérica na América, traçando uma linha imaginária horizontal entre terras, permanecendo uma metade para os espanhóis e a outra para os portugueses.

Este documento afetou totalmente a colonização americana, dado que em parte do território se desenvolveu uma América espanhola (hispano-américa), caracterizada por um rigor maior na conquista e na evangelização inteiramente desconhecidos no Brasil, em razão de uma maior riqueza e rigidez da Coroa Espanhola se comparada ao Reino Português³.

De outro lado, uma América Portuguesa, caracterizada por uma igreja menos poderosa, o que acarretou uma evangelização menos dominadora e uma Coroa mais ligada aos assuntos da colônia, principalmente após a vinda da família real ao Brasil em 1808.

Registre-se que a colonização espanhola se estendeu por todo o território que chamamos hoje de América Latina, a exceção do Brasil, que ficou a cargo do Reino de Portugal.

O período de dominação das penínsulas ibéricas perdurou da descoberta da América (no fim de 1400) até o início dos movimentos de independência das colônias, que teve início somente no início de 1800.

Insta frisar que a própria história de formação dos Estados nacionais aumentou a distinção entre o Brasil e a hispano-américa. De um lado, a América Espanhola buscava a independência à força, imbuída de um espírito liberal francês, e aversa às ideias relacionadas ao despotismo espanhol, tendo encontrado em líderes como Bolívar, San Martín, Mariano Moreno e outros⁴, a luta pelo estabelecimento de um regime republicano.

De outro lado, o processo de independência brasileiro foi marcado por uma transição pacífica, sem maiores discussões e movimentos políticos ou sociais de libertação, tendo prevalecido um regime monárquico, ainda sob forte influência portuguesa, que manteve D. Pedro I como imperador da nova nação⁵.

3 PRADO, Maria Ligia. **A formação das nações latino-americanas**. 11 ed. São Paulo: Atual, 1994. P. 18.

4 PRADO, Maria Ligia. **A formação das nações latino-americanas**. 11 ed. São Paulo: Atual, 1994. p. 13-18.

5 PRADO, Maria Ligia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. **Revista de História**, São Paulo, n. 145, p. 133-135, dec. 2001.

Deste modo, o processo de formação das nações latino-americanas (América Espanhola e Portuguesa) foram totalmente distintos, havendo de um lado uma luta bem maior apoiada por movimentos sociais e liberais, e de outro um processo de independência pacífico, marcado por uma transição baseada na preservação da monarquia e a ausência de apoio popular ou político massivo.

Ademais, cabe ainda esclarecer que a própria criação do termo “América latina” apresenta uma origem controversa, apontando-se para uma necessidade de criação de uma grande região apta a se opor aos ideais norte-americanos que se firmaram como a “América”. Ainda assim, vislumbra-se que a criação do termo se deu ainda no Séc. XIX, havendo fundada controvérsia acerca do verdadeiro autor que o criou, bem como se encontrava muito ligado à hispano-américa e não ao Brasil de uma forma geral.⁶

1.2 A diversidade cultural na América-Latina

A cultura é um dos elementos fundamentais da criação de um povo e de um Estado Constitucional⁷. Assim, para a formação de uma unidade (ao menos no âmbito nacional), buscou-se a criação de laços comuns a fim de criar uma identidade hábil a unir os sujeitos em prol de uma única ordem jurídica.

O mesmo se dá na ótica internacional sendo certo que “tanto o processo de integração europeu como o processo de integração latino-americano se caracterizam pela busca de uma identidade comum”⁸.

Nada obstante, no âmbito da América Latina, é fácil verificar que há uma grande diversidade de povos, notadamente quando em debate as populações tradicionais e países contextualizados por sua história e processos de desenvolvimento.

6 FARRET, Rafael Leporace; PINTO, Simone Rodrigues. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 30-42, Dec. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2011000200030&lng=en&nrm=iso>. access on 02 July 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X012023002>.

7 HABERLE, Peter. **Constituição e cultura**: O direito ao feriado como elemento de identidade cultural do Estado Constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. p. 1.

8 MALISKA, Marcos Augusto. Fundamentos da Constituição. Curitiba: Juruá, 2013. p. 117.

Atualmente, é possível observar que a América Latina é composta de 20 países, sendo eles: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Como se observa, a maioria destes países que compõe a América Latina são de origem hispânica, integrando o que se chamava de América Espanhola antes do período de independência iniciado no início de 1800.

Registre-se que dentre estes 20 (vinte) países, é fácil vislumbrar a dificuldade de se encontrar certa uniformidade, seja em questões culturais, notadamente em razão da existência de diversos povos antes mesmo das colonizações ibéricas, como também pela diversidade de países formados após os processos de independência.

A título de exemplo, dentre os países decorrentes da colonização hispânica, já é difícil encontrar uniformidade cultural. Nos países do Cone Sul (Argentina, Chile e Uruguai), a população indígena e negra fora minoria, havendo uma forte imigração europeia, a qual não encontrou padrões culturais fortes em sua chegada, o que contribuiu pela manutenção e adoção dos padrões europeus⁹.

De outro lado, países como México, Bolívia, Peru, Colômbia, foram compostos por uma minoria branca e uma maioria indígena, negra e mestiça¹⁰, ressaltando a diversidade cultural existente.

Segundo a doutrina especializada:

A América Latina pode ser vista como um vasto, complexo e movimentado laboratório de culturas e civilizações, formas de sociabilidade e jogos de forças sociais, etnias e racismos; compreendendo estruturas de dominação e apropriação, nativismo e nacionalismo, colonialismo e imperialismo; ingressando na época do globalismo.¹¹.

⁹Op. cit. p. 132-133.

¹⁰Op. cit. 133-134.

¹¹ IANNI, O. Enigmas do pensamento latinoamericano. São Paulo: IEA/USP, 2002. P. 3. Disponível em <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/iannienigmas.pdf>>. Acesso em 02 de julho de 2018.

Vale ainda mencionar que quando da chegada dos europeus na então América, acabou por oprimir e inclusive destruir inúmeras culturas, na busca de estender os padrões europeus aos nativos.

Nesta linha, Juan Ramos Mamani, afirma que:

Con la conquista española al Tawantisuyu en 1532, se irrumpe el proceso de desarrollo que estentaban los pueblos andinos. Comeinza un proceso de dominación colonial cuya mentalidad descansaba en las imágenes de inferioridad y servilismo que tenían sobre los ya denominados 'indígenas' borrando toda su tradición histórica.¹².

Frise-se que tal diversidade também acarreta inúmeras outras consequências, dentre elas uma ausência de uniformidade cultural hábil a fortalecer processos de integração, em razão de uma identidade inexistente. Ademais, também interfere na busca de proteção dos direitos humanos, tendo em vista que ainda prevalece neste âmbito uma corrente universalista moderada, sendo tormentosa a linha que separa o respeito a uma cultura e a não aplicação dos direitos humanos.

1.3 A OEA e seus membros

Partindo para análise da América Latina, observa-se que inicialmente, baseado nas ideias Simon Bolivar, tentou-se uma unificação das ex-colônias espanholas, excluindo-se da união o Brasil e os EUA (Congresso do Panamá em 1826). Porém, tal ideia fracassou¹³.

Nada obstante, este germe plantado anos antes, deu origem em 30/04/1948 a aprovação do Estatuto Definitivo da Organização dos Estados Americanos – OEA. Em 02/05/1948 fora aprovada pela Assembleia Geral deste órgão a Declaração Americana Dos Direitos e Deveres do Homem.

12 MAMANI, Juan Ramos. Nuevo Constitucionalismo Social Comunitario desde America Latina. In: MORAIS, Jose Luis Bolzan de. BARROS, Flaviane de Magalhães (coords.). **Novo Constitucionalismo Latino Americano**. Belo Horizonte: Arraes, 2014. p. 1.

13 GORCZEVSKI, Clóvis; DIAS, Felipe da Veiga. A imprescindível contribuição dos Tratados Internacionais para os Direitos Humanos e Fundamentais. **Seqüência**, Florianópolis, n. 65, p. 258, dez. 2012.

Segundo Valério Mazzuoli¹⁴, o sistema interamericano tem como origem histórica a Carta da Organização dos Estados Americanos, assinada em 1948, figurando como documentos fundamentais a Convenção Americana Sobre Direitos Humanos (assinada em 1969) e a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, este último de maior importância para aqueles países que não ratificaram a Convenção Americana.

A OEA ainda é composta por uma Comissão, apta a receber petições individuais (contra qualquer Estado), bem como comunicações estatais (somente se o Estado denunciante reconhece a competência da comissão). Ademais, as petições individuais podem ser feitas por pessoas, grupos de pessoas ou entidades não governamentais.

Além da Comissão, no âmbito da OEA, também houve a criação de uma Corte (Estatuto aprovado em 1979 – Brasil reconheceu sua competência em 1998). Tal órgão não possui competência para receber petições individuais, sendo somente acessível por meio da comissão ou de denúncias dos Estados-membros.

Ademais, tal órgão possui competência consultiva (ampla) e uma competência jurisdicional reduzida¹⁵, sendo sempre buscada a reparação *in natura* da violação de direitos humanos, porém, também é admitido que exista reparação em forma de indenização. Ressalte-se que a Corte possui competência subsidiária e suplementar em relação aos Estados-membros, não funcionando como Corte de Recursos ou de Cassação.

É necessário esclarecer ainda que este sistema não é somente composto por países que integram a América Latina, mas também por outros países espalhados pela América do Sul, Central e do Norte, apesar de a América Latina ser a grande maioria dos países que compõe a entidade.

Como visto linhas atrás, atualmente, considera-se que a América Latina é composta por 20 (vinte) países, todos estes já elencados acima. De outro

14 MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direitos Humanos**. São Paulo: Método, 2014. p. 114.

15 GORCZEVSKI, Clóvis; DIAS, Felipe da Veiga. A imprescindível contribuição dos Tratados Internacionais para os Direitos Humanos e Fundamentais. **Seqüência**, Florianópolis, n. 65, p. 267-268, dez. 2012.

lado, conforme consulta realizada no site da OEA¹⁶, a instituição é composta por 35 (trinta e cinco) países, os quais ratificaram a Carta da OEA.

São eles: dentre eles Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Estados Unidos da América, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela, Barbados, Trinidad e Tobago, Jamaica, Grenada, Suriname, Dominica (Commonwealth da), Santa Lúcia, Antígua e Barbuda, São Vicente e Granadinas, Bahamas (Commonwealth das), St. Kitts e Nevis, Canadá, Belize e Guiana.

Ademais, existe uma fundada diferença de estrutura, tamanho, condição econômica e desenvolvimento dos países que integram a OEA, havendo uma disparidade financeira e social abissal, o que contribui para uma organização díspare em conflitos de interesses entre os Estados.

Frise-se também a alta carga de poder que é exigida da entidade para atuar nos países que a integram. Como se sabe, a Corte profere decisões que influem diretamente na vida política do país, por vezes encontrando resistência das próprias Cortes Supremas dos países membros.

No caso Gomes Lund x Brasil, por exemplo, a entidade condenou o Brasil a tomar medidas para processar e condenar os culpados do desaparecimento de pessoas no evento da Guerrilha do Araguaia, bem como declarou a incompatibilidade da Lei de Anistia brasileira com Convenção Americana de Direitos Humanos.

Porém, o próprio STF, no bojo do julgamento da ADPF 153, declarou a compatibilidade da Lei de Anistia com a Constituição Federal, não havendo até o presente momento uma retratação do STF em razão da decisão proferida pela Corte Interamericana.

Ademais, mais recentemente, em julho de 2018, a Corte Interamericana também condenou o país pela ausência de investigação e condenação dos culpados referente ao caso Vladimir Herzog, bem como novamente reprovou a

16 Acesso em 02 de Julho de 2018. Disponível em <http://www.oas.org/pt/estados_membros/default.asp>

aplicação da Lei de Anistia brasileira, a qual ainda se encontra vigente no sistema.

É possível verificar que “o grau de efetividade e cumprimento das decisões da Corte é baixo, o que poderá causar a perda de legitimidade e de credibilidade do sistema interamericano”¹⁷. Assim, a entidade necessita de uma autoridade e imponência maior que possui para poder fazer valer suas decisões aos países membros, notadamente em razão de somente serem consideradas título executivo, segundo a Convenção Americana, as decisões no tocante a obrigação de pagar.

Segundo Flávia Piovesan¹⁸, a criação e o empoderamento da OEA, no âmbito americano, fora um dos fatores responsáveis por dar origem a um *ius constitucionale commune* latino americano, com a contribuição para a defesa e efetividade dos direitos humanos, apesar da grande disparidade que une os países membros da entidade.

Assim, a entidade deve continuar a ser fortalecida e não enfraquecida, buscando-se superar estas dificuldades hoje existentes no sistema interamericano, decorrentes em grande medida da resistência imposta pela ideia de soberania nacional.

2. Brasil e a América Latina

2.1 Ausência de identidade latino-americana no Brasil

Como já se explorou nos tópicos anteriores, o Tratado de Tordesilhas fora responsável por estabelecer uma linha imaginária na América, dividindo-a entre os reinados Português e Espanhol. Ao que tudo indica, esta é a mais longínqua razão de construção de identidades distintas entre o Brasil e América Latina.

17 RESENDE, Augusto César Leite de. A executividade das sentenças da corte interamericana de direitos humanos no Brasil. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 10, n. 2, 2013, p. 232.

18 PIOVESAN, Flavia. *Ius constitucionale commune* latino americano em direitos humanos e o sistema interamericano: Perspectivas e desafios. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 1356-1388, 2017.

Após este fato, houve a dualidade de colonizações, figurando uma Espanha mais atuante e mais religiosa, marcada por um imperialismo mais dominador e opressivo, e de outro um imperialismo mais enfraquecido perpetuado por Portugal, que devido a vinda da Família Real ao país, acabou também por fortalecer os laços da colônia com o reino.

Registre-se que em decorrência do Tratado de Tordesilhas, toda a América espanhola restou abrangida por quase todo o território que hoje chamamos de América Latina, com a exceção do Brasil.

Deste modo, desde o início da história colonial, houve uma oposição do Brasil a América Hispânica, havendo uma dualidade de tratamento entre as regiões.

Ademais, outro fator já registrado acima que também contribuiu para a dualidade de identidades fora o processo de independência das colônias. Enquanto de um lado a hispano-américa percorreu um caminho mais árduo, coberto por lutas e revoluções de um maior apoio popular, o Brasil se limitou a transigir de um sistema colonial a uma monarquia de forte influência portuguesa, retardando a chegada do regime republicano ao país.

Inclusive, a historiadora Maria Lígia Prado, em seu artigo o Brasil e a distante América do Sul, conclui sua pesquisa de forma brilhante, demonstrando que nem mesmo a chegada da república ao Brasil fora suficiente para tornar o país mais próximo da América Latina, sendo difícil pensar o país ao lado desta outra América. Em suas palavras:

Termino com uma certeza e uma dúvida. A primeira se refere à constatação de como é difícil pensar a América Latina a partir do Brasil, onde não existe uma tradição de estudos latino-americanos. Os ricos e férteis resultados que se obteriam, caso perseguíssemos as trilhas abertas pela História Comparada da América Latina, parecem-me evidentes. A indagação que continuo a fazer refere-se às concretas possibilidades do despertar de uma nova visão brasileira com relação a essa outra América, tão próxima e, ao mesmo tempo, tão distante.¹⁹

Assim, a autora demonstra que o Brasil se encontra longe da América Latina, inclusive no que toca aos próprios estudos históricos, sendo certo que

19 PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul . **Revista de História**, São Paulo, n. 145, p. 147, dec. 2001.

as “américas” se encontrariam ao mesmo tempo tão perto e tão longe. Ou seja, é difícil para o Brasil, em razão de suas peculiaridades históricas se pensar como América Latina.

Registre-se que a criação desta identidade latino-americana somente seria possível com uma maior aproximação dos polos, o que parece restar impossibilitado em razão de uma histórica secular que os separa.

Inclusive, em tópico passado, restou demonstrado que quando do surgimento do termo “américa latina” havia uma conotação de ligá-lo essencialmente ao território da hispano-américa, com o intuito de afastar os países desta região do domínio dos Estados Unidos, notadamente em razão da dificuldade histórica em se obter a independência frente a colônia espanhola.

Assim, nos dias de hoje, há uma inclusão do Brasil no conceito de América Latina, mas tal inclusão, em muitas ocasiões, apenas se dá para fins políticos, uma vez que para fins culturais, o Brasil se encontra ainda mais ligado às tradições europeias que aos povos Latino Americanos, muito em razão do processo histórico percorrido pelo país.

2.2 Diversidade de línguas

Inicialmente, a língua, a cultura, a religião, dentre outros fatores foram utilizados na formação dos Estados nacionais. Porém, tais fatores não foram suficientes para consolidar as nações modernas, como afirma HOBSEBANK²⁰.

Nada obstante, tais fatores inegavelmente são importantes para a união e consolidação de comunidades. A língua é a forma de comunicação de um povo, pelo qual este se desenvolve em sociedade, formando um núcleo social comum.

A partir disso, vislumbra-se que a língua é uma importante ferramenta na união de um povo, ou mesmo na criação de um povo. Diz-se isso pois existe uma ideia de um povo latino-americano como algo homogêneo.

20 HOBSEBANKS, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**: Programa, mito e realidade. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 33.

Entretanto, tal ideia é falsa, seja pela diversidade cultural, seja pela ausência de uma língua comum, o que dificulta, senão impossibilita, a criação de uma identidade latino americana.

Porém, é bom registrar que tal perspectiva deve ser vista em relação ao Brasil frente aos demais países que compõe a América Latina, dado que, em razão da colonização espanhola, tais países decorrentes da hispano-américa possuem o espanhol como língua prevalente, enquanto o Brasil possui o português, em função do processo de colonização portuguesa.

Deste modo, mais um dos fatores que dificulta a criação de uma identidade latino-americano, e inclusive afasta o Brasil da América Latina é a diversidade de línguas, sendo certo ainda que o próprio idioma espanhol não é incentivado no país e nas escolas de um modo geral, dando-se primazia ao inglês como segunda língua a ser aprendida pelos brasileiros.

Ademais, não se pode excluir também a ideia de que a inexistência de uma língua comum prejudica inclusive a própria ideia de criação de um sistema supranacional hábil a incluir toda a América-Latina, assim como se da na União Europeia. Vale frisar que nesta última já se vem adotando o inglês como uma língua comum, o que proporciona uma união maior, por meio de um idioma falado por todos os integrantes.

2.3 A diversidade de desenvolvimento na América Latina

A América Latina é composta por diversos países, elencando-se acima ao menos 20 países que compõe este heterogêneo grupo. Dentre estes, existem países de grande porte, com participação significativa na economia global e com bom desenvolvimento humano, e outros que ocupam situações muito inferiores no cenário mundial.

Quanto à necessidade de simetria econômica e de desenvolvimento para o estabelecimento de um constitucionalismo supranacional no plano regional, Marcelo Neves já afirmava:

Parece plausível que uma certa simetria no nível de desenvolvimento dos respectivos Estados-membros é uma condição decisiva para a construção de uma supranacionalidade, que implica

normas e decisões abrangentes nas dimensões social, material e temporal, vinculando diretamente os cidadãos e órgãos estatais.²¹

Nada obstante a ideia ter sido trazida para o campo da supranacionalidade pelo autor, como esta parece caminhar em conjunto com a construção e proteção dos direitos humanos (item desenvolvido infra), é possível vislumbrar que a falta de simetria econômica e de desenvolvimento se apresenta como um fator determinante para afastar os países da América Latina de uma unidade latina.

Em comparação do Produto Interno Bruto de alguns países pertencentes a América Latina²², é possível observar uma diferença abissal entre Estados. A título de exemplo o Brasil, no ano de 2017, teve um PIB nominal de aproximadamente 2.055 trilhões de dólares, enquanto a Argentina, país de grande estatura também da América latina, apresentou cerca de 637.43 bilhões de dólares. Menciona-se ainda outros países como Chile (277.075 bilhões), Uruguai (56.156 bilhões), Honduras (22.97 bilhões) e Equador com 104.29 bilhões, demonstrando a disparidade econômica entre os países.

Outro dado que demonstra a diversidade de desenvolvimento entre os países da América Latina é o IDH (índice de desenvolvimento humano)²³. O Brasil ostenta a posição de n. 75 do ranking com um IDH de 0,755. No âmbito da América Latina somente se encontra atrás da Argentina (IDH de 0,836 – n. 40) e Chile (IDH de 0,832 – n. 42).

Nada obstante, outros países também pertencentes a América Latina possuem IDH bem inferiores, a exemplo de Honduras que ocupa a posição de n. 131 do ranking (0,606), Guatemala que é a n. 128 (0,627) e a Bolívia com IDH de 0,662, ocupando a posição de n. 119.

Assim, com base nestes dados é possível observar uma disparidade significativa entre os países que integram a América Latina. Estes fatores, apesar de não serem totalmente impeditivos, apresentam um impacto negativo e afastam os países mais ricos e desenvolvidos da América Latina (a exemplo

21 NEVES, Marcelo. Transconstitucionalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009. p. 99.

22 Acesso em 25/01/2019. Disponível em <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>>.

23 Acesso em 25/01/2019. Disponível em <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html>> .

do Brasil) dos demais, o que dificulta a unidade e sentimento de identidade necessário para a integração e consequente proteção dos direitos humanos.

3. Processos de integração e direitos humanos

Depois de passados os temas relacionados ao pertencimento do Brasil a América Latina, cabe uma análise acerca dos processos de integração existente no país, notadamente no âmbito da América do Sul (MERCOSUL) e os direitos humanos.

À primeira, é possível observar que existe uma fundada conexão entre os temas, sendo de suma importância que exista um desenvolvimento uniforme das entidades multilaterais no tocante a direitos humanos e processos de integração voltados a interesses econômicos.

3.1 MERCOSUL e OEA: necessidade de atuação coordenada

O MERCOSUL tem origem em 1991, tendo início por meio do Tratado de Assunção assinado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, sendo estes seus membros fundadores. A Venezuela aderiu posteriormente ao Bloco em 2012, mas se encontra suspensa, desde agosto de 2017, em razão de violar a cláusula democrática do Bloco.

Inicialmente, cabe esclarecer que os processos de integração, ao qual o MERCOSUL faz parte, “pode percorrer até cinco etapas distintas: área (ou zona) de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e monetária e, por fim, união política”²⁴. Ressalte-se que não há uma passagem necessária entre todas as etapas.

Atualmente, o MERCOSUL, apesar de se propor a se tornar um mercado comum, onde há livre circulação de todos os fatores de produção, encontra-se na fase da união aduaneira, onde existem regras comuns para importações realizadas de países não signatários do bloco, com o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum,

24 PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito Internacional Público e Privado**. 7 ed. Salvador: Juspodvim, 2015. p. 1000.

À primeira vista, observa-se que os processos de integração se relacionam principalmente ao tema da economia, sendo modos dos Estados se relacionarem na órbita externa visando o desenvolvimento econômico.

Porém, nos dias de hoje, não é possível separar temas como o desenvolvimento econômico e os direitos humanos. Por isso se faz necessária uma maior comunicação entre os sistemas de proteção de direitos e os blocos econômicos.

Nesta linha, observa-se que não há qualquer conexão entre o MERCOSUL e a OEA, a não ser o fato de em ambos o Brasil participar como Estado-membro. Nada obstante, esta situação não só prejudica, como também deixa de incentivar a proteção dos direitos humanos, havendo uma falta de diálogo entre os organismos multilaterais, o que acarreta uma ineficiência ainda maior da proteção dos direitos humanos.

Neste ponto, só está se relacionando as entidades do MERCOSUL e da OEA, em função de serem os maiores entes multilaterais em que o Brasil atua. Entretanto, é cediço que há uma infinidade de organismos multilaterais coexistindo no âmbito da América Latina e mesmo nas relações internacionais brasileiras, a exemplo de entidades como a UNASUL.

Interessante mencionar texto escrito Carlos Portales, em que o autor demonstra a ineficiência da coexistência de inúmeros entes multilaterais atuando de forma não coordenada no âmbito dos direitos humanos e outras relações internacionais.

A evolução do regionalismo tem gerado sobreposição entre os organismos e as entidades regionais. O Quadro 2 mostra que existem reuniões ministeriais ou de nível semelhante em 33 áreas temáticas que são abordadas paralelamente por oito organismos ou entidades. O que dá origem a 126 processos ministeriais ou de alto nível simultâneos. Essa situação é muito ineficiente como instrumento de coordenação de políticas e torna quase impossível seu acompanhamento pela maioria dos Estados que participam, por carecer de recursos humanos e orçamentários necessários para atender tantos processos. Se considerarmos apenas os quatro mecanismos mais abrangentes territorialmente (OEA/Cúpulas das Américas, Celac, Unasul e Cúpula Ibero-

Americana), veremos que sete processos ministeriais são realizados pelas quatro Referências das fontes citadas, dois processos por três Referências das fontes citadas entre as quatro e que sete o são por duas entidades. Outro tanto se dá se compararmos a Unasul com o Mercosul, em que se repetem dez processos ministeriais e de funcionários de alto nível. a Unasul com o Mercosul, em que se repetem dez processos ministeriais e de funcionários de alto nível.²⁵

Deste modo, é um fato que coexistem processos de avaliação de tutela de direitos humanos no âmbito dos diversos sistemas de proteção, seja de direitos humanos, seja mais relacionado ao direito comunitário.

Assim, deve existir necessariamente uma coordenação entre os entes, e, neste ponto, principalmente entre o MERCOSUL e a OEA.

É válido ressaltar que a OEA possui um número bem maior de membros que o MERCOSUL, apesar de também incluir os Estados-membros destes pacto. Porém, tal situação não deve ser utilizada como uma desculpa para não buscar um movimento de coordenação.

Ressalte-se ainda que muitas das situações em que se avalia o desenvolvimento econômico não podem ser vistas de forma isolada frente aos direitos humanos, dado que até mesmo o desenvolvimento sustentável deve vir acompanhado de uma tutela dos direitos humanos.

Vale destacar que não só se busca uma relação de coordenação entre a OEA e o MERCOSUL, mas sim entre todos as entidades multilaterais existentes no tocante aos direitos humanos e o direito comunitário, proporcionando uma maior fiscalização dos acordos e ausência de contradição e duplicidade de atividades nos diversos âmbitos gerando riscos de decisões contraditórias.

Insta mencionar neste ponto um registro realizado pela doutrina especializada referente a Argentina e os demais países do MERCOSUL em questão relacionada a direitos humanos e a Corte Interamericana:

25 PORTALES, Carlos. Para onde vai o multilateralismo nas Américas? Projetos superpostos num período de mudanças globais. **Lua Nova**, São Paulo, n. 90, p. 223, 2013.

A instância máxima acerca de direitos humanos no Mercosul é a Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos. Essa instância delegou ao Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Mercosul o desenho e a implantação das políticas em direitos humanos. Em 2012, os quatro membros plenos do Mercosul solicitaram uma opinião consultiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre a migração de crianças. É a primeira vez na história do regime que vários Estados realizam um pedido em conjunto. O Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Mercosul teve um papel central nos detalhes técnicos para articular o pedido dos quatro países.²⁶

Assim, vislumbra-se que é com condutas de coordenação que será possível no âmbito da América do Sul, e também da América Latina, desenvolver um sistema de proteção de direitos humanos forte, evitando duplicidade de atuação e buscando sempre que possível resultados eficientes e aplicáveis a todos os países de forma uniforme.

3.2 MERCOSUL e os direitos humanos

Como já analisado no tópico anterior, deve existir uma relação de coordenação entre o MERCOSUL (mais importante processo de integração vigente na América do Sul ao qual o Brasil se encontra subordinado) e a OEA (mais importante entidade de direitos humanos existente no âmbito da América de um modo geral).

Nada obstante, tal situação não é suficiente, deve existir também uma proteção dos direitos humanos também no âmbito interno do MERCOSUL, não podendo a entidade fechar seus olhos a um tema tão importante como este, notadamente quando é sabido atualmente que o desenvolvimento sustentável necessita da tutela dos direitos humanos. Neste viés, é preciso analisar esta relação ainda incipiente do MERCOSUL com os direitos Humanos.

No âmbito do MERCOSUL, existem ainda poucos instrumentos relacionados à proteção de direitos humanos, podendo ser mencionados Declaração Presidencial de Las Leñas de 1992, que prevê a vigência das

26 MERKE, Frederico. Política Exterior da Argentina e Escolha Institucional: A OEA no espelho da UNASUL e MERCOSUL. **Lua Nova**, São Paulo, n. 90, p. 88, 2013.

instituições democráticas como indispensáveis, Declaração Presidencial sobre o Compromisso Democrático e o Protocolo de Ushuaia.

Registre-se que a grande maioria dos documentos existentes relacionados a direitos humanos no âmbito do MERCOSUL dão primazia ao regime democrático e sua vigência, sendo esta uma das exigências para figurar como membro do bloco.

Recentemente fora firmado ainda o Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do MERCOSUL (assinado em 2005 e incorporado ao ordenamento brasileiro em 2010, pelo Decreto n.º 7.224/2010). Este documento prevê que a plena vigência das instituições democráticas e o respeito aos direitos humanos são condições essenciais para se manter no Bloco, sendo que a sua violação pode acarretar a suspensão do direito de participar do MERCOSUL até mesmo suspensão dos direitos e obrigações decorrentes do bloco.

Ademais, é possível registrar que existem órgãos de atuação no campo dos direitos humanos no âmbito do MERCOSUL, podendo-se serem citados a Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos, que delegou a atuação relacionada a políticas públicas no âmbito da entidade ao Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do MERCOSUL.

Este instituto fora criado a fim de dar guarida aos direitos humanos, dentro do MERCOSUL, atuando por 04 eixos distintos²⁷, notadamente em razão do passado recente que une os países integrantes da entidade, tido como violadores massivos de direitos humanos, seguido por ditaduras e regimes autoritários. Ademais, a entidade também é vista como um instituto de políticas públicas em direitos humanos, visando também dar uma atuação ativa dos Estados na consecução dos objetivos humanistas.

Assim, deve também a entidade atuar no campo dos direitos humanos, sempre de uma forma coordenada com os demais órgãos de direitos humanos existentes no âmbito principalmente da América do Sul e da América Latina, proporcionando uma tutela uniforme e eficiente dos direitos humanos, os quais

27 ABRAMOVICH, Victor. **Direitos Humanos no Marco do Processo de Integração Regional do MERCOSUL. Democracia y Derechos, Red Universitaria sobre Derechos Humanos y Democratización para América Latina.** Buenos Aires, Año 1, n. 1, p. 353-360, Julho de 2012

são ferramentas necessárias para proporcionar um desenvolvimento econômico sustentável e viável.

3.3 Perspectiva de criação de um sistema supranacional e eventual impacto nos direitos humanos

A criação de um sistema supranacional no âmbito da América do Sul ou da América Latina que envolva o Brasil se encontra longe de ocorrer. O projeto de integração neste campo que mais se encontra desenvolvido é o MERCOSUL que hoje ocupa a tímida posição de união aduaneira.

Ressalte-se que Marcelo Neves já teve oportunidade de registrar a dificuldade de criação de um sistema transconstitucional no âmbito do MERCOSUL, segundo o autor,

Embora interdependentes essas duas dimensões já no plano do Estado de direito, as deficiências presentes nos Estados-membros prejudicam a formação de um *direito interno sul-americano* no plano do MERCOSUL, além de a estrutura deste ser incompatível não só com legitimação democrática, mas também com a construção de uma política *interna sul-americana*.²⁸

No mesmo sentido, o professor Marcos Augusto Maliska demonstra certo pessimismo na criação de um sistema supranacional no âmbito da América Latina, segundo este autor “No caso latino americano, enquanto a integração estiver assentada unicamente no aspecto econômico e não existirem elementos políticos que confirmem estabilidade à integração, o projeto de integração não irá se realizar”.²⁹

Insta frisar que a diferença de culturas, inexistência de uma língua comum, e até mesmo a história relacionada do Brasil com os demais países da América Latina parecem indicar a impossibilidade de surgimento de um sistema supranacional entre os países que a integram.

Porém, a criação de um sistema supranacional ou mesmo transnacional seria de fundamental importância para o fortalecimento da tutela dos direitos humanos, tendo em vista que é cediço que no mundo atual é impossível se

28 NEVES, Marcelo. **Transconstitucionalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009. p. 101.

29 MALISKA, Marcos Augusto. **Estado e Século XXI: A integração supranacional sob a ótica do Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. p. 167.

promover a tutela de direitos de forma isolada, dado que maioria dos problemas transcendem a esfera autônoma dos Estados nacionais.

Frise-se que existem problemas atuais, a exemplo do recente caso dos refugiados venezuelanos no Brasil, que necessitam do tratamento da matéria dos direitos humanos por meio de um sistema supranacional ou transnacional, por meio do qual se possa obter um tratamento uniforme à matéria, com o estabelecimento de normas comuns aplicáveis a todos os entes.

Cabe esclarecer ainda que na Europa, por meio da União Europeia, já se obtém relativo sucesso com um modelo supranacional, por meio do qual grande parte das normas aplicáveis aos Estados-membros são elaboradas pela entidade, o que contribui para um sistema coerente e íntegro.

Ademais, não se pode esquecer que a existência de um sistema supranacional ou transnacional não pode vir desacompanhada de uma coordenação com os sistemas de proteção de direitos humanos, a exemplo do que já ocorre no âmbito europeu.

Somente com estas linhas de coordenação será possível estabelecer uma tutela de direitos humanos forte, válida e aplicável integralmente aos Estados nacionais, evitando-se a alegação da já desgastada noção de soberania para afastar a tutela destes importantes direitos.

Considerações finais

O presente estudo demonstra inúmeros fatores que contribuem para afastar o Brasil de uma identidade comum no âmbito da América Latina, o que se afigura necessário para a construção de um sistema supranacional, comunitário ou mesmo internacional de proteção de direitos humanos.

Inicialmente, é possível citar um regime distinto de colonização entre Portugal e Espanha, o que contribuiu para que os colonizados (Brasil e Hispano-américa) tivessem rumos distintos em sua história, o que vai desde os processos de independência, a forma de estado e até mesmo a ligação do povo com estes processos.

Ademais, após os processos de independência, as colônias hispânicas acabaram por dar origem a inúmeros países distintos, todos os quais com certa

identidade, inclusive compartilhando a mesma língua oficial, qual seja o espanhol, restando o Brasil alheio a este processo.

Ainda hoje é possível verificar uma grande disparidade entre os países, que deixou de ser meramente cultural e linguística para entrar para o campo econômico e de desenvolvimento.

Ressalte-se que todos estes países de origem distintas, *background* cultural diversos, línguas oficiais diferentes e grande disparidade econômica e de desenvolvimento se unem na busca de uma tutela dos direitos humanos no âmbito regional, o que se dá por meio da Organização dos Estados Americanos.

Portanto, não é difícil visualizar dificuldades na imposição de um regime comum a todos os estados-membros da instituição. Porém, o Brasil acaba por se encontrar em uma posição delicada ao tempo que não compartilha com os demais países integrantes um sentimento latino-americano.

Frise-se que recentemente foram registrados alguns casos perante a Corte Interamericana (caso Gomes Lund, por exemplo) e a Comissão Interamericana (caso da hidrelétrica de Belo Monte) em que houve uma resistência do país em obedecer as determinações emanadas da OEA.

Neste viés, buscou-se identificar possíveis razões para esta resistência dos órgãos nacionais em adotar as ordens de organismos internacionais relacionados a direitos humanos no âmbito da América Latina.

Outrossim, observa-se que os processos de integração nos quais o país participa mais ativamente se encontram longe de promover uma comunicação e coordenação com o sistema americano de direitos humanos, o que também pode ser um fator considerável para explicar esta resistência brasileira.

Inclusive a própria tutela dos direitos humanos no âmbito destes sistemas de integração se afigura tímida e sem perspectiva de evolução para um sistema supranacional ou mesmo transnacional, o que seria de fundamental importância para a consagração dos direitos humanos, a exemplo do que se dá no âmbito da União Europeia, fortalecendo as Cortes de Direitos Humanos e conferindo maior legitimidade à sua tutela.

Assim, verifica-se a existência de inúmeros fatores que podem influir para que o Brasil apresente resistência em cumprir ordens e decisões dos órgãos de proteção de direitos humanos, os quais devem ser objeto de análise mais apurada a fim de se encontrar soluções que permitam ao país compartilhar de um sentimento latino-americano no futuro.

Referências das fontes citadas

ABRAMOVICH, Victor. Direitos Humanos no Marco do Processo de Integração Regional do MERCOSUL. *Democracia y Derechos*, Red Universitaria sobre Derechos Humanos y Democratización para América Latina. Año 1, Nº 1. Julho de 2012. Buenos Aires, Argentina.

FARRET, Rafael Leporace; PINTO, Simone Rodrigues. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 30-42, Dec. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2011000200030&lng=en&nrm=iso>. access on 02 July 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X012023002>.

GORCZEWSKI, Clóvis; DIAS, Felipe da Veiga. A imprescindível contribuição dos Tratados Internacionais para os Direitos Humanos e Fundamentais. *Seqüência*, Florianópolis, n. 65, p. 241-272, dez. 2012.

HABERLE, Peter. Constituição e cultura: O direito ao feriado como elemento de identidade cultural do Estado Constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

HOBBSBOWNS, Eric. Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IANNI, O. Enigmas do pensamento latinoamericano. São Paulo: IEA/USP, 2002. Disponível em <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/iannienigmas.pdf>>. Acesso em 02 de julho de 2018.

MALISKA, Marcos Augusto. Estado e Século XXI: A integração supracional sob a ótica do Direito Constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

MALISKA, Marcos Augusto. Fundamentos da Constituição. Curitiba: Juruá, 2013

MAMANI, Juan Ramos. Nuevo Constitucionalismo Social Comunitario desde America Latina. In: MORAIS, Jose Luis Bolzan de. BARROS, Flaviane de Magalhães (coords.). *Novo Constitucionalismo Latino Americano*. Belo Horizonte: Arraes, 2014.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de direitos Humanos. São Paulo: Método, 2014.

MERKE, Frederico. Política Exterior da Argentina e Escolha Institucional: A OEA no espelho da UNASUL e MERCOSUL. Lua Nova, São Paulo, n. 90, p. 65-95, 2013.

NEVES, Marcelo. Transconstitucionalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. ed. 14. São Paulo: Saraiva, 2013

PIOVESAN, Flavia. Ius constitutionale commune latino americano em direitos humanos e o sistema interamericano: Perspectivas e desafios. Rev. Direito e Práx., Rio de Janeiro, Vol. 8, N. 2, 2017, p. 1356-1388.

PORTALES, Carlos. Para onde vai o multilateralismo nas Américas? Projetos superpostos num período de mudanças globais. Lua Nova, São Paulo, n. 90, p. 203-241, 2013.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. Direito Internacional Público e Privado. 7 ed. Salvador: Juspodvim, 2015.

PRADO, Maria Ligia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. Revista de História, São Paulo, n. 145, p. 127-149, dec. 2001.

PRADO, Maria Ligia. A formação das nações latino-americanas. 11 ed. São Paulo: Atual, 1994.

RESENDE, Augusto César Leite de. A executividade das sentenças da corte interamericana de direitos humanos no Brasil. Revista de Direito Internacional, Brasília, v. 10, n. 2, 2013, p. 225-236.